



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,  
REVISÃO E REDAÇÃO**

**SESSÃO: 175.4.55.O**

**DATA: 04/07/18**

**TURNO: Noturno**

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa  
Extraordinária - CD**

**LOCAL: Plenário Principal - CD**

**INÍCIO: 22h53min**

**TÉRMINO: 23h41min**

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

**Obs.:**

**Ata da 175ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Noturna, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª legislatura, em 4 de julho de 2018.**

**Presidência dos Srs.:**

**JHC, 3º Secretário.**

**Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.**

**ÀS 22 HORAS E 53 MINUTOS COMPARECEM À CASA OS SRS.:**

Rodrigo Maia

Fábio Ramalho

André Fufuca

Giacobo

Mariana Carvalho

JHC

André de Paula

Dagoberto Nogueira

César Halum

Pedro Uczai

Carlos Manato



## **I - ABERTURA DA SESSÃO**

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 458 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

## **II - LEITURA DA ATA**

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

## **III - EXPEDIENTE**

**(Não há expediente a ser lido.)**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 175.4.55.O**

**Data: 04/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 5199**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Passa-se às

#### **IV - BREVES COMUNICAÇÕES**



**O SR. EDMAR ARRUDA** (PSD-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço abertura de novo painel.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Quem pediu?

**O SR. EDMAR ARRUDA** - Eu, Deputado Edmar Arruda.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Novo painel, como avisei. O combinado não sai caro, sai justo.

**O SR. EVANDRO GUSSI** (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Novo painel.

**O SR. GILBERTO NASCIMENTO** - Velho painel.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Novo painel.

**A SRA. LUANA COSTA** (PSC-MA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Eu, Deputada Luana Costa, votei de acordo com a orientação do PSC nas votações anteriores.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** - Então, não há acordo, Sr. Presidente. Foi feito um acordo. Então, não existe mais acordo na Casa.

**O SR. MANDETTA** - São contra os agentes comunitários, pelo jeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Se as pessoas fazem um acordo com o Presidente, ficam meia hora discutindo o acordo, e pedem novo painel...

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL não fez acordo. Foi meia hora para não entender a palavra clara: o PSOL não fez acordo nenhum. Temos concordância em relação a duas MPs. Colocaram sete ou oito? Coloquem quórum para votar — simples assim.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Mas, Deputado, V.Exas. são contra a MP 324?



**O SR. CHICO ALENCAR** - Nós vamos falar no momento de cada medida provisória.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Ah, V.Exas. são contra a MP 324? Porque nós vamos ler...

**O SR. CHICO ALENCAR** - Nós somos contra o apelo...

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Vamos votar a MP 324. Se não houver a MP 325, aí, sim...

**O SR. CHICO ALENCAR** - Não existe MP 324.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Coloque em votação a MP 832.



---

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só quero alertar aqueles no Plenário que desejam votar a MP 827, a MP 832 e as demais medidas provisórias subsequentes que, se nós não avançarmos nesta noite — nós termos um calendário que tranca a pauta — não vamos votar mais nada, vamos derrubar as outras medidas provisórias. Se é essa a intenção, nós estamos seguindo num bom caminho para que isso aconteça.

Eu clamo ao bom senso, para que nós possamos votar as medidas provisórias que foram acordadas entre Governo e Oposição, entre todos, até porque há quatro medidas provisórias para serem votadas, para se chegar àquelas em que, repito, não há consenso dos Líderes da base. Eu não vou patrocinar um acordo onde não há consenso. Por isso é que o Governo disse que, na Medida Provisória nº 827, há que se fazer acordo com os Líderes partidários.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Ponha a MP 832!



---

**O SR. PAULO PIMENTA** - Sr. Presidente Carlos Manato...

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Pois não, Líder.

**O SR. PAULO PIMENTA** (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Quero mais uma vez dizer que a bancada do Partido dos Trabalhadores se sente contemplada pelo acordo que foi assegurado pelo Presidente da Casa para as votações. Se os Líderes vão votar favoravelmente ou não, essa é outra questão. O acordo é para que sejam votadas a MP 827, que atende os agentes comunitários de saúde, e a MP 832, que é a pauta dos caminhoneiros, até a semana que vem.

**O SR. CHICO ALENCAR** - Pronto. Para nós é isso.

**O SR. PAULO PIMENTA** - Nós fizemos este acordo e entendemos que o Presidente assumiu o compromisso de que estas duas medidas provisórias serão votadas até a semana que vem.

Feito esse compromisso, nós vamos ajudar para que a pauta seja cumprida e estas duas MPs possam ser aprovadas junto com as demais.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Deputado Paulo Pimenta, eu estava aqui, V.Exa. veio e conversou, o Presidente conversou exaustivamente sobre o acordo. Lógico que eu não vou dizer que 100% dos Deputados concordaram, mas a grande maioria se posicionou por esse acordo, e alguns sem compromisso com o mérito, até podendo pedir votação nominal. Fiquei triste, porque fizeram um acordo...





---

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vamos ganhar tempo, Presidente. Vote a MP 832, que é unanimidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Deputado, o Regimento não permite que seja votada a MP 832 antes da MP 824.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - A MP 832 é unanimidade. Depois votamos a MP 824.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Não posso fazer isso, Deputado. Esse é o Regimento.



---

**O SR. TADEU ALENCAR** - Presidente, peço 1 minuto a V.Exa..

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Pois não, Deputado.

**O SR. TADEU ALENCAR** (PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero manifestar, em nome do PSB, a nossa concordância com o acordo, dizer da nossa inteira disposição de concorrer para o entendimento que foi firmado aqui, especialmente em relação à Medida Provisória nº 827, que beneficia agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. Em relação a ela foi feito um acordo na Comissão com o Governo e todos os integrantes que estavam participando daquele debate.

Portanto, a posição do PSB é no sentido de concorrer para a aprovação ainda esta noite, se houver possibilidade, da Medida Provisória nº 827.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Odorico Monteiro.

**O SR. ODORICO MONTEIRO** (PSB-CE. Sem revisão do orador.) - Presidente Manato, eu gostaria de reforçar que eu fui Relator-Revisor na Comissão Mista que discutiu esta Medida Provisória nº 827. Está aqui o representante da CONACS e o Luiz Cláudio, que é o Presidente da FENASCE. Essa é uma mobilização importante de toda a categoria.

Queria fazer um apelo aos Líderes da base do Governo para que aceitem votar essa medida provisória. Já foi feito todo o escalonamento do relatório do Senador Cássio Cunha Lima. Em diálogo com o Governo, levou-se o escalonamento da garantia do reajuste do piso dos agentes de saúde para 1.250 reais em 2019, 1.400 reais em 2020 e 1.550 reais em 2021. Isso já foi acordado com a base do Governo.

Portanto, fazemos um apelo para que os partidos da base do Governo aceitem votar imediatamente...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. MANDETTA** (DEM-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quero deixar claro, Sr. Presidente, que todos os Líderes se posicionaram favoravelmente, com exceção do PSD.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Presidente, não ouvi direito. V.Exa. anunciou a MP dos agentes?

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Só 1 minuto.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - V.Exa. anunciou a MP dos agentes?



---

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Não, eu anunciei a MP nº 824, Deputada, que é o primeiro item da Ordem do Dia.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Os agentes aguardam ansiosamente no Brasil inteiro.

**O SR. ODORICO MONTEIRO** - Peço que votemos a Medida Provisória nº 827. Os agentes comunitários de saúde e de combate às endemias estão há 5 anos sem reajuste.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 175.4.55.O**

**Data: 04/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 5199**

---

**V - ORDEM DO DIA**

***PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:***



---

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - A lista de presença registra o comparecimento de 129 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.



---

**O SR. JOÃO CAMPOS** (PRB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, sou inteiramente favorável à aprovação da MP 827.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item único.

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 824, DE 2018**

**(DO PODER EXECUTIVO)**

*Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 824, de 2018, que altera a Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação; tendo parecer da Comissão Mista, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta e das Emendas de nºs 1 a 3 e 8; e pela aprovação parcial da Emenda de nº 9, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2018; e pela rejeição das Emendas de nºs 4 a 7 e 10 a 36 (Relator: Sen. Eduardo Amorim).*





---

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Passa-se à discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Hildo Rocha, para discutir a matéria.

*(Pausa.)*

**O SR. JOÃO FERNANDO COUTINHO** (Bloco/PROS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado João Fernando Coutinho votou com o partido na última votação.

**O SR. RICARDO BARROS** (Bloco/PP-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Ricardo Barros votou com o partido.

*O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário,  
deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr.  
JHC, 3º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Tem a palavra o Deputado Hildo Rocha.

*(Pausa.)*

**O SR. BETO MANSUR** - Presidente, rapidamente... Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Está encerrada a discussão.



**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte:

*Of. nº 368/2018-CN*

*A Sua Excelência o Senhor*

*Deputado Rodrigo Maia*

*Presidente da Câmara dos Deputados*

*Senhor Presidente,*

*Comunico a Vossa Excelência e, por seu intermédio, à Câmara dos Deputados que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional para quarta-feira, dia 11 de julho de 2018, às treze horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à deliberação dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 13, 9, 10 e 2, de 2018.*

*Atenciosamente,*

*Senador Eunício Oliveira*

*Presidente da Mesa do Congresso Nacional*



**O SR. TADEU ALENCAR** (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente JHC, eu quero aqui, mais uma vez, manifestar o nosso apoio à Medida Provisória nº 827, de 2018, e à Medida Provisória nº 832, de 2018, que fixa o preço mínimo do frete, algo muito importante para a regulação desse mercado e cuja falta causou imbróglis que resultaram na greve e na interrupção do trabalho dos caminhoneiros.

Quero me associar à cobrança que foi feita por diversos Líderes a respeito do projeto de lei de privatização da ELETROBRAS, no sentido de que se cumpra o acordo. O Presidente Rodrigo Maia aqui manifestou que, na semana que vem, vai anunciar ao Plenário a sua decisão final, e, talvez, seja um acordo até melhor do que aquele que havia sido feito com a Oposição.

Portanto, o PSB quer manifestar, de forma clara, a necessidade de que esse acordo em relação ao PL da privatização do Sistema ELETROBRAS seja ratificado publicamente por esta Presidência, perante este Plenário.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. LUCIO VIEIRA LIMA** (MDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Lucio Vieira Lima votou com o partido nas votações anteriores.

**O SR. JOÃO CAMPOS** (PRB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB é favorável à aprovação da MP 827/18, que trata dos direitos dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias. Há bastante convergência nesta Casa pela aprovação dessa matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Concedo a palavra ao Deputado Hildo Rocha.



**O SR. HILDO ROCHA** (MDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Deputado JHC, que preside esta sessão, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, esta medida provisória é muito importante para o desenvolvimento rural no nosso País, principalmente no Norte e no Nordeste. Por meio dela, estamos fazendo com que a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba — CODEVASF possa atuar também em Municípios litorâneos, como, por exemplo, a Capital do Maranhão, São Luís. A cidade de Barreirinhas, que tem os Lençóis Maranhenses, está impedida de receber recursos da CODEVASF, essa importante empresa pública federal que presta grande serviço ao povo brasileiro. Com a aprovação dessa medida provisória, a CODEVASF poderá assumir definitivamente o desenvolvimento desses Municípios litorâneos que hoje estão impossibilitados de receber o apoio desta empresa que é a responsável pelo desenvolvimento do Semiárido brasileiro, do Semiárido nordestino.

Quem diria que Petrolina hoje seria uma grande produtora de frutas em nosso País? Hoje, nós exportamos vinho, graças a essa empresa pública federal, que é a CODEVASF. E temos que dar oportunidade aos brasileiros que moram em cidades litorâneas, como o caso das cidades de Humberto de Campos, São Luís e São José de Ribamar, no Maranhão, de receberem apoio dessa empresa que trabalha no desenvolvimento da produção. Inclusive, muitas dessas cidades vivem da pesca artesanal, atividade em cujo desenvolvimento a empresa poderá ajudar. Então, é necessário que aprovemos essa medida provisória.

E peço, Sr. Presidente, que não deixemos de pautar a Medida Provisória nº 827, de 2018, para que possamos dar vida digna aos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias, pois há 4 anos esses profissionais não recebem



reajuste em seus salários. Esse reajuste será arcado pelo Governo Federal, logo não vai impactar nas contas dos Municípios.

Quem diz que vai impactar nas contas dos Municípios está equivocado, porque todo reajuste será bancado pelo Governo Federal, a partir de janeiro de 2019. Portanto, não há nenhum impacto no Orçamento deste ano.

Sr. Presidente, vamos aprovar hoje esta medida provisória e tentarmos aprovar também a MP 827/18.

**O SR. DANILO CABRAL** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Tem a palavra o Deputado Danilo Cabral.

**O SR. DANILO CABRAL** (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar aqui também nosso irrestrito apoio à Medida Provisória nº 827, de 2018, que estrutura a carreira dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate a endemias, uma importante carreira que presta relevante serviço à Atenção Básica de Saúde nos Municípios brasileiros.

Trata-se de uma evolução na estrutura da remuneração desses profissionais, que está congelada há 4 anos em 1.014 reais e que, no horizonte até 2020, chegará a 1.550 reais, o que certamente resultará numa melhor prestação de serviço da Atenção Básica de Saúde.

Lembro que essa é a primeira etapa de uma luta que tem continuidade em torno daquilo que ainda está sendo debatido na PEC 22/11, que infelizmente, em função do processo de intervenção no Estado do Rio de Janeiro, encontra-se paralisada nesta Casa. Mas a luta continua.

E quero ratificar aqui o apoio àqueles que fazem a carreira dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias de todo o Brasil.



**O SR. HUGO MOTTA** (PRB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Hugo Motta votou com o partido na votação anterior.

**O SR. CHICO ALENCAR** - Presidente JHC, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Pois não, Deputado.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL, com a autoridade moral de ter toda a sua bancada aqui presente, reitera sua posição. E faço este registro porque as pessoas são maliciosas, mentirosas, fazem demagogia barata lá para fora.

Desde a sessão anterior, aquela que antes de ter terminado provocou a debandada até do Presidente Rodrigo Maia — e não sei por que —, nós dissemos que somos a favor da Medida Provisória nº 827, de 2018, que trata da carreira dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias. Queríamos votá-la aqui agora! Nem pediríamos o painel. E também somos a favor da MP 832/18, que trata da política de fretes.

Quiseram colocar um monte de medidas provisórias, mas simplesmente pedimos o óbvio: a presença dos Deputados aqui. Estão aqui 169, e todos os do PSOL estão aqui, para cumprir com seu dever.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Tem a palavra o Deputado Daniel Almeida.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer um apelo aos Deputados para que marquem presença e assim possamos atingir o quórum que possibilitará a deliberação e, principalmente, a votação da Medida Provisória nº 824, que é fundamental. Ela garante recursos hídricos e investimentos, especialmente da CODEVASF, para alguns perímetros irrigados na Bahia, em Pernambuco, no Maranhão e no Piauí. Os perímetros de



Pedra Branca, na região de Curaçá, de Chorrochó, Macururé, Rodelas e Glória necessitam desses investimentos para não serem paralisados.

Também queremos votar a Medida Provisória nº 827, de 2018, que dá garantias aos agentes comunitários de saúde.

Então, vamos marcar presença para possibilitar a votação dessas medidas provisórias.

**O SR. OSMAR TERRA** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Com a palavra o Deputado Osmar Terra.

**O SR. OSMAR TERRA** (MDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu considero da maior importância a votação da Medida Provisória nº 832, de 2018, não só porque eu fui Relator, mas porque ela representa hoje um fator de tranquilidade, de paz neste País. Ela restabelece o equilíbrio que deveria existir no transporte rodoviário, em que só uma parte tem que pagar o preço, tem que trabalhar abaixo do custo, tem que deixar de repor as peças do caminhão e de trocar o pneu para colocar comida na mesa.

O caminhoneiro autônomo é uma vítima de um transporte distorcido, em que ele é o fator de desequilíbrio político, porque ele não tem mais nada para perder e vai voltar a fazer greve, vai voltar a paralisar este País, com enorme prejuízo para a economia brasileira, como foi nesses 10 dias. A economia brasileira, em apenas 10 dias, teve um prejuízo gigantesco. Houve também o desequilíbrio de toda a política de controle inflacionário. E nós ainda vamos pagar um preço muito alto por isso.

Não querer resolver esse problema agora, não trabalhar com a ideia de que é possível ter um custo mínimo do frete no Brasil, é manter a instabilidade, o



desequilíbrio. E vamos entrar num processo eleitoral com um tumulto generalizado no Brasil. É isso que nós não queremos.

Os caminhoneiros estão dispostos a fazer acordo. Fizemos um acordo com as empresas, que estão decididas a ser atendidas no básico, com as emendas que nós podemos fazer no plenário.

**O SR. LINDOMAR GARÇON** (PRB-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Lindomar Garçon votou com o partido na votação anterior.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Agradeço ao Deputado Osmar Terra.

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Colatto, por 1 minuto. E já convido o Deputado Odorico Monteiro para falar pela Liderança do PSB.

**O SR. VALDIR COLATTO** (MDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, nós também queremos pedir a esta Casa, como disse o Deputado Osmar Terra, que foi o Relator da MP 832/18, a votação dessa medida provisória.

Nós fizemos um esforço muito grande com os embarcadores, os transportadores autônomos e as empresas e chegamos a um acordo possível para ter um piso de custo no transporte, no intuito de harmonizar todas essas atividades em todos os setores. Foi o acordo possível. Agora nós temos que fazer a nossa parte e votar a MP antes do recesso, a fim de destravar esse processo do transporte no Brasil.

A agricultura brasileira precisa transportar os grãos e trazer fertilizantes para plantar essa safra. E nós temos dificuldade em fazer isso, porque há insegurança jurídica nesse processo, em função de não ter a tabela estabelecida, do pagamento, do não pagamento, da judicialização. Por isso, precisamos votar a MP antes do





recesso. E tenho certeza de que esta Casa, com responsabilidade, vai fazer isso, para que possamos harmonizar essa questão do transporte.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Concedo a palavra à Deputada Benedita da Silva. S.Exa. dispõe de 1 minuto. Em seguida, terá a palavra o Deputado Odorico Monteiro.

**A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)**

- Sr. Presidente, quero fazer um apelo, embora saiba que isso não é do meu perfil. Todos os partidos concordamos com a medida provisória que trata do piso salarial dos agentes comunitários de saúde e endemias, categoria importante para dar sustentação ao Sistema Único de Saúde.

Devemos saber da importância e da necessidade de votarmos logo esta matéria, para garantir um melhor atendimento, principalmente neste momento, em que a área da saúde sofre. Os beneficiários serão, especialmente, as pessoas mais pobres, aquelas que realmente precisam da presença dos agentes comunitários de saúde.

Portanto, eu pediria ao PSOL que, se possível, retirasse o pedido de abertura de novo painel. Não estou pedindo que retroceda, mas que retire o pedido de novo painel.



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Concedo a palavra ao Deputado Odorico Monteiro, pela Liderança do PSB.

**O SR. ODORICO MONTEIRO (PSB-CE.** Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar a importância de sensibilizarmos a base do Governo para que votemos a Medida Provisória nº 827. É igualmente importante que todos os Deputados venham ao plenário para consignar a presença, para que possamos ler a medida provisória hoje e votar o texto. Se assim se der, na próxima semana, ela irá para o Senado, e poderemos votar a LDO deste ano já com o impacto para o Sistema Único de Saúde do reajuste do piso salarial dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de endemias.

É importante lembrarmos que esta categoria está há 4 anos com o piso salarial congelado. Quando o valor do piso foi estabelecido, em 2014, o bujão de gás de cozinha custava 30 reais; hoje, custa quase 90 reais. Houve um aumento da inflação na comida, no vestuário, no aluguel.

Eu chamo esta categoria de anjos da guarda do povo brasileiro. Eu fui Secretário de Saúde por 20 anos, em 4 Municípios do Ceará. Ao longo desse período, eu pude presenciar a importância dos agentes de saúde na redução da mortalidade infantil e materna, bem como no aumento do aleitamento materno e no acompanhamento dos diabéticos e hipertensos. Além disso, é uma categoria que não só garante a medicação a pacientes com doenças crônicas, como tuberculose, mas também enfrenta a questão da dependência química e da violência que atinge a muitos.

Os agentes de endemias rapidamente deram respostas às políticas de controle da dengue, da zika e da chikungunya. Esta categoria tem história de



conquistas importantes nesta Casa: é a única que foi beneficiada com duas emendas constitucionais — a que criou a categoria e a que criou o piso salarial.

Nós construímos um consenso com o Governo. O Senador Cássio Cunha Lima foi o Relator desta medida provisória, eu fui o Relator-Revisor. O Ministério da Saúde repassa 95% do impacto do piso da categoria para os Estados e Municípios. Assim, não podemos criar problemas na votação desta medida provisória.

Foi feita uma proposta de escalonamento, exatamente para que o impacto não ocorra de uma só vez no Orçamento da União. Com isso, nós queremos garantir, para 2019, um aumento de 1.250 reais; para 2020, de 1.400 reais; para 2021, de 1.550 reais. Esperamos que, logo no próximo ano, votemos a Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2011, que vai, de uma vez por todas, estabelecer o reajuste anual dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias no Brasil.

Estas duas categorias fazem aquilo que podemos chamar de promoção e proteção da saúde. Andam de casa em casa, de sol a sol, e encaminham a população às unidades de saúde, acompanhando o pré-natal nas casas, a situação de infestação pelo *Aedes aegypti* e hoje, mais do que isso, muitos pacientes que estão fora do processo terapêutico, pacientes acamados em casa, já que as doenças crônicas aumentam cada vez mais.

O trabalho dos agentes comunitários de saúde tem aumentado enormemente, e nós precisamos fazer justiça a estas duas categorias. Por isso, considero fundamental construirmos o consenso.

A Oposição defende que façamos um acordo e votemos aqui, hoje ainda, a Medida Provisória nº 827, de 2018, para que na próxima semana ela vá para o



---

Senado e depois à sanção, bem como que votemos, na lei do Orçamento deste ano, a recepção do orçamento para que o Ministério da Saúde possa repassar aos Municípios o impacto. Repito: 95% do impacto não será para os Municípios. Portanto, dizer que haverá impacto para os Municípios não é verdade, porque vai haver o repasse, pelo Ministério da Saúde, do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde.

Precisamos garantir este acordo e, assim, votar esta medida provisória o mais rápido possível, porque ela faz justiça a estas duas categorias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. EDMILSON RODRIGUES** - Sr. Presidente, peço a palavra por 1 minuto, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no momento em que se debatem os direitos dos servidores públicos que trabalham numa área importante, os agentes comunitários de saúde e agentes de endemias, que cada vez mais devem ser profissionalizados e inseridos organicamente na atenção básica à saúde, infelizmente os partidos assumem um compromisso com as Lideranças e as abandonam.

Nós, do PSOL, estamos aqui. Eu creio que, na semana que vem, é possível fazer um acordo, com a seriedade necessária, para aprovar definitivamente esta matéria aqui e dar tempo ao Senado de nela avançar e, assim, viabilizarmos os direitos destes servidores.

Se V.Exa. me permite, Sr. Presidente, gostaria de dizer que é importante que esta Casa se manifeste. Eu me manifesto repudiando a abusividade da Agência Nacional de Saúde, que autorizou o aumento de até 10% nos planos de saúde.

Todos aqui sabem que 80% ou mais da população precisa dos agentes comunitários de saúde. A população precisa do SUS, inclusive do SUS Dependentes. Uma parte da população paga plano, mesmo gente pobre. Mesmo gente de classe média paga um plano de saúde, por conta da precariedade a que está submetido o SUS, principalmente com o congelamento dos recursos.

Ora, em 3 anos, menos 3 milhões de pessoas terão planos de saúde, e agora, com esta autorização para até 10% de aumento, a crise tende a aumentar. Não há



como o cara que paga o plano ser atendido pelo SUS, porque a crise é muito profunda.

Fica o meu repúdio, Sr. Presidente. Em momento de desemprego, de crise do sistema de saúde, autorizar 10% de reajuste é um abuso, é demais!

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Tem a palavra o Deputado Chico Alencar.

**O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, mais uma vez, pela enésima vez, digo que nós achamos que ter quórum é o natural do Parlamento. Nós somos muito bem pagos em relação à média da população brasileira para exercer o mandato — às 11h da noite, às 2h da manhã, em horários mais saudáveis, como em geral os Senadores preferem.

No entanto, nós temos avisado, desde sempre: temos acordo para votar a Medida Provisória nº 827, relativa aos agentes comunitários de saúde, e a Medida Provisória nº 832, referente à política de fretes. Resolveram ler a MP 824, agora temos que votá-la. Estamos aqui. Achamos, inclusive, que ela tem aspectos muito positivos, embora tenhamos um destaque para que as áreas de proteção permanente não fiquem vulnerabilizadas. Está aí o nosso destaque.

O que falta são 257 Excelências. A questão é só esta. Com o quórum de 257, votamos aqui, podem até derrotar nosso destaque, atacando o meio ambiente, para a política correta de irrigação.

Depois, como não foram lidas aqui as seguintes... Até a assessoria está distraída. Quais são as seguintes, na ordem? *(Pausa.)* Como a MP 825 e a MP 826 não foram lidas, elas podem ser superadas, portanto sem votação, e vamos direto para a MP 827. Para isso, faltam 56 Deputadas e Deputados, mas não do PSOL. O



único do nosso partido que não está presente é o Deputado Jean Wyllys, que está em reunião do PARLASUL, devidamente autorizado.

Portanto, vamos falar com franqueza e responsabilizar os verdadeiros responsáveis, que são...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Tem a palavra o Deputado Pedro Uczai.

**O SR. PEDRO UCZAI** (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos aqui porque tínhamos interesse em votar a Medida Provisória nº 827, para valorizar uma categoria fundamental e estratégica no contato diário com as famílias, com as crianças, com os idosos, com homens e mulheres. Falo da política pública de saúde desenvolvida pelos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias.

A Medida Provisória nº 827 se reveste de importância fundamental para valorizar estes profissionais. Valorizando-os, nós estamos valorizando a saúde pública, o Sistema Único de Saúde.

A segunda medida provisória, que também move nossa permanência neste plenário, é a Medida Provisória nº 832. Este debate já vem acontecendo há 2 anos — já estamos no terceiro ano. O objetivo é constituir uma tabela de frete mínima para o transporte rodoviário brasileiro, principalmente para os transportadores autônomos, os pequenos, porque a corda sempre estoura do lado mais fraco.

A tabela mínima pode não ser a ideal neste momento — e não o é —, tendo em vista o valor prefixado nas discussões políticas. Porém, ela é necessária, porque representa o ponto de partida para novas negociações, para que no futuro outra tabela seja feita e, efetivamente, corresponda às necessidades do transporte



rodoviário, principalmente no caso das pequenas empresas, dos pequenos transportadores e, de modo particular, do transportador autônomo deste País.

Estas duas medidas provisórias são prioritárias para nós.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Agradeço ao Deputado Pedro Uczai.

Antes de convidar a Deputada Benedita da Silva a fazer uso da palavra pela Liderança, concedo a palavra ao Deputado Hildo Rocha. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

**O SR. HILDO ROCHA (MDB-MA.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente JHC, Sras. e Srs. Deputados, como podemos ver, muitos Deputados já não virão mais aqui esta noite.

Hoje nós tínhamos a certeza dada pelo Presidente Rodrigo Maia de que votaríamos estas medidas provisórias e o PLP 137.

Vários emancipacionistas do Brasil inteiro, por exemplo, do Maranhão, esperam por estas votações. As lideranças têm a esperança de que vamos aprovar esta lei complementar, para permitir que Municípios sejam criados e se juntem a outros, se assim quiserem. Mas é necessário votarmos o PLP 137.

Estarei novamente aqui amanhã e na próxima semana. Espero que os demais Deputados que comungam desta ideia também o façam.





**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Concedo a palavra à Deputada Benedita da Silva, pela Liderança do PT.

**A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ.** Como Líder. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós continuamos aqui fazendo este grande apelo, porque entendemos a importância dessas matérias. Os agentes comunitários de saúde e os agentes comunitários de combate às endemias receberam apoio de todos os partidos políticos nesta Casa. Todos nós nos imbuímos de vontade e conseguimos que este projeto chegasse a este plenário.

Já não é de hoje que estamos fazendo este apelo. Então, quero dizer àqueles que estiverem ao alcance da minha voz que ainda há tempo de vir ao plenário registrar presença, porque estão faltando apenas 55 Deputados para o quórum.

Sr. Presidente, também aproveito este momento para falar sobre a carta de Luiz Inácio Lula da Silva divulgada ontem.

Nós sabemos, Sr. Presidente, que existe um homem admirável, corajoso, que tem 72 anos de idade e não perde a fé nem a esperança neste País, preso injustamente em Curitiba.

Ontem, ele divulgou uma carta ao País, mostrando toda a sua indignação com as manobras de setores do STF para mantê-lo preso ilegalmente, como reconhece o Ministro do Supremo Marco Aurélio Mello.

Sr. Presidente, não nos cansaremos de ocupar esta tribuna e de dizer que a indignação de Luiz Inácio Lula da Silva, que também é a nossa, é a indignação de quem sabe que é inocente, que está sendo injustiçado, que está tendo um julgamento político, que está preso inconstitucionalmente, posto que a nossa



Constituição garante que ele responda em liberdade até a decisão da última instância recursal.

Na carta, Lula denuncia de forma convincente a farsa do tríplex. Diz ele: *“Se houvesse imparcialidade e seriedade no meu julgamento, o processo não precisaria ter milhares de páginas, pois era só mostrar um documento que provasse que sou o proprietário do tal imóvel no Guarujá”*.

A afiada carta de Lula corta o roto véu que encobre a farsa de seu julgamento e revela a sua condição de preso político e o Estado de exceção em que vive hoje o Brasil.

Lula abre a sua carta com um chamamento para que todos os democratas comprometidos com a defesa do Estado Democrático de Direito repudiem as manobras de que está sendo vítima. A libertação de Lula e o seu direito de ser candidato a Presidente da República são questões vitais para a democracia no País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estaremos aqui insistindo que é preciso uma manifestação desta Casa em relação ao que está acontecendo no Estado de exceção.

E Lula coloca um questionamento: que democracia é esta, onde se prende injustamente o líder das pesquisas apenas para que ele não dispute as eleições? Por isso esse chamamento a todos os democratas faz todo o sentido, Sr. Presidente.

E para aqueles que se calam por conveniência política, basta dizer que um Estado policial não se esgota num ato. Depois que começa o seu desenfreio arbitrio, só acaba se for derrotado pelas forças democráticas. E o momento é agora, com as próximas eleições.



Por isso é que Lula desafia os seus acusadores para que apresentem uma prova material e concreta até o dia 15 de agosto, quando ele registrará sua candidatura à Presidência da República.

Como acertadamente disse Lula: *“Se não querem que eu seja Presidente, a forma mais simples de o conseguir é ter a coragem de praticar a democracia e me derrotar nas urnas”*.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essas são as palavras da carta de Luiz Inácio Lula da Silva.

Apesar de estarem já iniciados pelos meios de comunicação os debates com os presidenciáveis, até agora Luiz Inácio Lula da Silva não foi chamado ou convidado para participar deles, sendo que está garantido que ele pode, sim, participar dos debates relativos às eleições para a Presidência da República.

Já estivemos várias vezes em Curitiba. E, todas as vezes que lá estamos, encontramos um homem de cabeça erguida, um homem que não se dobra diante da injustiça, um homem que conhece e tem compromisso com este País. Mas ele tem esperança de que a democracia prevaleça. Ele não está esmorecendo quando diz: *“Como continuar acreditando numa Justiça que comete tal arbítrio?”* Eles não têm vontade nenhuma de colocá-lo fora da prisão. Mas a Presidenta do Partido dos Trabalhadores, Gleisi Hoffmann, está acompanhando, passo a passo, as determinações dadas por Luiz Inácio Lula da Silva para composição daqueles que irão coordenar a sua campanha, pedindo ao partido e falando à Nação.

Está na hora de se levantarem todos os cidadãos que defendem a democracia, que defendem a soberania, que defendem eleições diretas legítimas. É



---

preciso que eles levantem a sua voz, para que, verdadeiramente, as urnas digam se Luiz Inácio Lula da Silva deve ou não ser o Presidente desta Nação.

Concluo, Sr. Presidente, pedindo que o meu pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa e pelo programa *A Voz do Brasil*, porque nele trato da carta do grande e inocente cidadão Luiz Inácio Lula da Silva, que, nas pesquisas, está em primeiro lugar e vai ser o próximo Presidente do País.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - O pedido de V.Exa. será atendido.



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Convido o Deputado Chico Alencar para fazer uso da palavra pela Liderança do PSOL.

**O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.)** - Presidente JHC, Deputadas, Deputados, servidores e todos os que acompanham esta sessão moribunda, vazia, eu pergunto: por que não estamos votando aqui nem sequer a primeira medida provisória lida e apresentada para abrir esta sessão, a 824, que trata da importante política nacional de irrigação, que, aliás, traz um problema grave, porque autoriza obras públicas em área de proteção permanente, dispositivo que é objeto de um destaque do PSOL? Porque faltam 52 Deputados.

Na verdade, não faltam só 52. Nós deveríamos ter quórum pleno aqui, ainda que saibamos que 513 Deputados aqui só no dia da posse; depois, por uma série de fatores, sempre há 10, 12, 20, 50 Deputados ausentes. No dia da posse, não. Todo mundo fica feliz, traz a família, orgulhoso por ter sido mandatado pelo povo. Depois, parece que o compromisso vai murchando, e outras necessidades se impõem.

Nós pedimos o elementar e o óbvio: quórum para esta sessão, em virtude da qualidade das matérias. Dissemos que poderíamos fazer a concessão de fingir que o quórum está pleno — é isso que acontece quando não pedimos um novo painel para uma nova sessão —, em função de duas medidas provisórias que apoiamos com toda a convicção: a 827, que afinal regulamenta a carreira dos agentes comunitários de saúde e dos agentes comunitários de combate às endemias, luta história em que sempre estivemos juntos, com a qual temos compromisso histórico, e a 832, de interesse dos companheiros caminhoneiros — alguns ainda se encontram ali —, medida que estabelece a política de preços mínimos para os fretes.



Ora, outros, pelo visto a maioria, que agora já se ausentaram, preferiram votar todas as outras medidas provisórias, até a 825 e a 826, sobre criação de cargos, verbas para intervenção no Rio, que não foram lidas. Podiam até não ser apreciadas aqui.

Então, isso é curioso. Falam de um grande acordo, mas nem todos são ouvidos para esse acordo. Nós falamos na sessão anterior, em alto e bom som, sob a Presidência do Deputado Rodrigo Maia, que, para nós, o acordo era em torno da MP 827 e da MP 832. Falamos isso 1, 2, 3, 4 vezes. E estou aqui reiterando isso pela quinta e última vez. Mas S.Exas., sei lá por que razões, espero que não sejam razões do descanso do corpo ou de encontros noturnos de ordem privada e particular, não apareceram. Havia quórum aqui antes. Foram embora. Aqui talvez não tenhamos agora 20 Deputados presentes. O quórum de 257 não será atingido, infelizmente. A responsabilidade, ou melhor, a irresponsabilidade é daqueles que foram embora.

Hoje é quarta-feira. Amanhã não haverá jogo da Copa do Mundo de futebol. Teremos ainda a chance e o dever de votar essas matérias, especialmente essas duas medidas provisórias. Ou teremos de votar na terça-feira, se a seleção de futebol da Bélgica assim o determinar — e eu espero que isso não aconteça —, ou na quarta-feira, ou na quinta-feira. Ou seja, o mundo não acaba hoje.

Agora, o interesse dos agentes comunitários de saúde e o dos caminhoneiros também não acaba. Eles têm que continuar pressionando e cobrando todos os Deputados. O Deputado Osmar Terra, sempre presente, estava no Executivo sendo muito cobrado e exigido, voltou para a função parlamentar e está aqui até a esta



hora. Não há nada de mais nisso. Estamos cumprindo com a nossa obrigação. Mas o ruim é que vários outros não cumprem com a sua.

Portanto, vamos à luta. Insistimos nisso. O Presidente tem que pautar — agora, obrigatoriamente — as Medidas Provisórias nºs 824, 827 e 832.

Estaremos a postos aqui na segunda-feira, na terça-feira, na quarta-feira, na quinta-feira, quando for determinado.

Obrigado, Sr. Presidente.

Boa noite a todos.

Viva o Brasil, apesar de tudo.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Agradeço ao Deputado Chico Alencar.

Devido à evidente inexistência de quórum para a votação, declaro encerrada a Ordem do Dia.



---

**VI - ENCERRAMENTO**

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 175.4.55.O**

**Data: 04/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 5199**

---

**O SR. PRESIDENTE (JHC) - *COMPARECEM MAIS OS SRS.:***



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 175.4.55.O**

**Data: 04/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 5199**

---

**DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:**



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Encerro a sessão, convocando Sessão Não Deliberativa de Debates para amanhã, quinta-feira, dia 5 de julho, às 14 horas.

Lembro que haverá Sessão Não Deliberativa Solene amanhã, quinta-feira, dia 5 de julho, às 9h05min, em homenagem aos povos indígenas e aos quilombolas de Mato Grosso, por ocasião dos 300 anos de aniversário de Cuiabá.

Está encerrada a sessão.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 175.4.55.O**

**Data: 04/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 5199**

---

***(Encerra-se a sessão às 23 horas e 41 minutos.)***